

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. *O cliente – nem sempre – tem razão!* In: *Metrópoles*. 20/06/2024.
Internet: <www.metrolopes.com> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB1A1-I, julgue os itens subsequentes.

- 1 Segundo o texto, a expressão corrente ‘o cliente sempre tem razão’, apesar de comercialmente motivada, não condiz com a realidade determinada pelo arcabouço legal.

- 2 De acordo com o autor do texto, a lei prevê situações específicas em que o consumidor pode solicitar ao fornecedor a troca de um produto ou a devolução do dinheiro gasto na compra de determinado produto.
- 3 O direito do consumidor é um conjunto de normas que regulamenta, entre outras ações, o comportamento do fornecedor conforme os anseios e desejos dos consumidores.
- 4 De acordo com o texto, ao reclamar seus direitos, os consumidores brasileiros usam um critério pessoal de justiça derivado de sua falta de conhecimento acerca das leis, dos seus direitos e de como eles devem ser observados.
- 5 O autor do texto defende a ideia de que, na perspectiva jurídica, nem sempre o consumidor tem direito de exigir que seus interesses sejam satisfeitos.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 6 Seria mantida a correção gramatical e a coesão do último período do texto, caso a forma verbal “houver” fosse substituída por **houvesse**.
- 7 As formas verbais “acabou”, “queria” e “preferia” (primeiro período do quinto parágrafo) são núcleos de orações cujos sujeitos são elípticos e referem-se ao termo “uma pessoa”.
- 8 Nas orações em que ocorrem, as expressões ‘o cliente sempre tem razão’ (primeiro período do primeiro parágrafo) e “direito do consumidor” (primeiro período do quarto parágrafo) desempenham a mesma função sintática.
- 9 Prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do trecho “a marcas e a lojas” (segundo período do primeiro parágrafo) por **à marcas e à lojas**.
- 10 Caso o pronome “se”, em “baseando-se em critério pessoal do que seria justo” (terceiro parágrafo) fosse deslocado para imediatamente antes da forma verbal “baseando” — escrevendo-se **se baseando** —, seria mantida a correção gramatical da frase e lhe seria conferido maior grau de formalidade.
- 11 No terceiro parágrafo do texto, o vocábulo “que”, presente na oração “que alega”, é utilizado como elemento de coesão referencial e tem como referente o termo “o consumidor”.
- 12 No início do quinto parágrafo, a vírgula empregada após o verbo “ilustrar” é facultativa e sua supressão preservaria a correção gramatical do texto.

Texto CB1A1-II

A palavra ficção nos remete a histórias inventadas (total ou parcialmente). Pode ser uma fantasia, que envolva monstros, heróis ou fantasmas, pode ser uma ficção científica, que envolva tecnologias que vão muito além daquelas que existem hoje, e também pode ser um romance comum, totalmente realista, mas com enredo, personagens ou ambientes inventados.

Dessa forma, uma matéria jornalística jamais poderia ser considerada ficcional, já que um dos pilares do jornalismo é a busca pela verdade e a publicização das informações com precisão e veracidade. Um jornal que noticiasse ficções estaria ferindo um de seus princípios mais fundamentais.

Apesar de essa definição de ficção ser bem popular, os críticos e teóricos de cinema franceses Jacques Aumont e Michel Marie afirmam que a ficção é uma forma de discurso que faz referência a personagens ou a ações que só existem na imaginação daquele que a escreve ou lê. Segundo eles, a ficção não é uma mentira, mas um simulacro da realidade, uma das possíveis maneiras de se representar o real.

Assim, podemos dizer que todo relato é uma tentativa de representar a realidade por meio de palavras. Um relato de um acontecimento não é o próprio acontecimento em si. Os fatos ficam no passado, depois que acontecem. Qualquer tentativa de retomá-los no presente, por meio de uma história, será uma representação, será uma construção da mente de uma pessoa. Logo, será uma ficção.

Lucia Mascarenhas de Miranda. *A fronteira entre fato e ficção*.
In: *Ciência Hoje*, outubro de 2024.
Internet: <cienciahoje.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir com base nas ideias apresentadas no texto CB1A1-II.

- 13 No último parágrafo do texto, o autor conclui que, sendo a ficção uma representação da realidade, o relato de uma situação passada caracteriza-se como ficção.
- 14 A ficção é um tipo de discurso por meio do qual se apreende o real, atualizando-o por meio de palavras.
- 15 Os textos caracterizados como obras de ficção são bem delimitados e apresentam alcance reduzido.
- 16 Os críticos e teóricos de cinema Jacques Aumont e Michel Marie caracterizam a ficção como um simulacro da realidade, em uma oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos segundo a qual a ficção é uma mentira.
- 17 De acordo com o texto, dada a natureza do jornalismo, matérias jornalísticas de natureza ficcional são inconcebíveis considerando-se a definição popular de ficção.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 18 A forma pronominal “a” empregada no trecho “que a escreve ou lê” (primeiro período do terceiro parágrafo) se refere ao termo “a ficção”, no mesmo período.
- 19 No primeiro parágrafo, as três ocorrências da forma verbal “pode” expressam sentido de possibilidade.
- 20 Na organização das ideias do primeiro parágrafo do texto, o conteúdo do segmento “mas com enredo, personagens ou ambientes inventados” se opõe à informação anterior segundo a qual a ficção pode ser representada por uma fantasia, uma ficção científica, ou um romance comum.
- 21 No primeiro período do terceiro parágrafo, a substituição do vocábulo “franceses” por **francês** preservaria a correção gramatical do texto, embora alterasse o seu sentido e as relações sintáticas do período.
- 22 A locução “já que” (primeiro período do segundo parágrafo) introduz, na oração em que se insere, valor de causa, podendo ser corretamente substituída por **uma vez que**.

- 23 Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o primeiro período do quarto parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Pode-se afirmar que, dessa forma, todo o relato trata-se de uma tentativa de representar a realidade por meio do uso de palavras.**

- 24 Dada sua função na oração, o termo “da mente” (quarto período do quarto parágrafo) pode ser substituído pelo adjetivo **mental**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do trecho.

Texto CB1A1-III

Aprendemos desde cedo que a linguagem verbal serve para comunicar e frequentemente dizemos que o importante é a comunicação. Quando se fala em comunicação, muitas vezes, pensamos que se está falando na transmissão de informações. Comunicar não se limita, entretanto, a transmitir informações. Realmente, há momentos em que desejamos apenas fornecer uma informação, mas, muito frequentemente, temos outros objetivos, como: dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...

O ser humano vive em sociedade, isto é, fazemos parte de grupos sociais e agimos em conjunto com nossos semelhantes; interagimos. Na verdade, é para interagir que nos comunicamos, falamos e escrevemos. Por isso, não podemos nos esquecer de que a comunicação, ou a interação, envolve mais do que simplesmente informação; envolve, sobretudo, alguma forma de ação sobre o outro.

Ana Lúcia Tinoco Cabral. *A força das palavras*.
São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 10-11 (com adaptações).

Considerando os aspectos textuais e linguísticos do texto CB1A1-III, bem como as ideias nele veiculadas, julgue os itens seguintes.

- 25 Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” (último período) fosse reescrito como **esquecer**.
- 26 No texto, rejeita-se a ideia comum de que o ato de comunicar, interagir, corresponde unicamente à transmissão pura e simples de informações.
- 27 Para atingir o seu propósito comunicativo, a autora constrói seu texto combinando as tipologias expositiva e narrativa.
- 28 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes no segundo período do segundo parágrafo, poderiam ser suprimidas.
- 29 No segundo período do primeiro parágrafo, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pela ação de falar.
- 30 No trecho “dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...” (quarto período do primeiro parágrafo), as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.

Texto CB1A2-I

Com o intuito de mostrar os procedimentos arditos de pessoas sem escrúpulos que movidas pelo ódio e por ambições políticas inventam mentiras e as transformam em supostas verdades, Umberto Eco escreveu **O Cemitério de Praga**, publicado em 2010.

Tendo como base fatos e personagens verídicos que participaram da elaboração e da disseminação de **Os Protocolos dos Sábios de Sião**, o autor reconstrói o século 19 através de uma narração polêmica. Eco narra o nascimento e a evolução desse abjeto complô, criado com a finalidade de atribuir aos judeus uma fictícia conspiração para dominar o mundo.

Os falsos documentos forjados pela polícia secreta do Czar Nicolau II, em 1897, foram utilizados por Hitler em sua política de extermínio, tendo sido incluídos em **Mein Kampf**, apesar de o jornal britânico **The Times**, em 1921, já ter desmascarado a farsa.

Mesmo após a comprovação da farsa, o magnata Henry Ford levou os Protocolos, na tradução inglesa, para os EUA, e publicou-os em forma de livro, e o rei Faisal, da Arábia Saudita, costumava oferecê-los, em sua versão árabe, às autoridades que visitavam o país.

Em uma de suas entrevistas aos jornais italianos, Umberto Eco ressaltou o perigo que se esconde nas chamadas “conspirações falsas”, pelo seu alto grau de manipulação e dada a dificuldade em desmenti-las. “A característica de uma conspiração verdadeira é que ela é invariavelmente descoberta”, analisa. “Hitler e o nazismo propagaram a falsa conspiração dos judeus como verdadeira e tiraram proveito dos Protocolos.”

Mas por que as pessoas ainda consomem essa farsa? Será por ignorância? Por curiosidade? Os Protocolos, afinal, seguem sendo oferecidos e vendidos em uma dezena de idiomas, em formato de livro, com circulação livre na Internet.

Juíza em Israel por mais de 30 anos, Hadassa Ben-Itto investigou o embuste durante seis anos e em 1998 publicou um livro sobre o assunto. “Escrevi esse livro como um desafio a todos aqueles que inadvertidamente permitem que essa e outras mentiras similares sejam espalhadas e provoquem danos contínuos”, explica.

Em sua opinião, o conceito de “liberdade de expressão” não deveria acobertar mentiras. “Uma mentira deliberada não é uma ideia”, reforça. “Ela pode facilmente se transformar em uma arma perigosa e como tal deve ser banida, assim como outras armas que têm o potencial de causar assassinios em massa e destruição.”

Sheila Sacks. Internet: <observatoriodaimprensa.com.br> (com adaptações).

No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A2-I, julgue os próximos itens.

31 Conforme o texto, Umberto Eco recorre, em seu livro, a fatos e personagens verídicos com “a finalidade de atribuir aos judeus uma fictícia conspiração para dominar o mundo” (segundo parágrafo).

- 32** No segundo período do sétimo parágrafo, o trecho ‘sejam espalhadas’ poderia ser corretamente substituído por **espalhem-se**.
- 33** Conclui-se do texto que a circulação d’**Os Protocolos dos Sábios de Sião** atualmente está restrita à Internet, em formato de livro digital, dada a dificuldade de moderação de conteúdo falso no meio eletrônico.
- 34** A supressão da vírgula empregada logo após “1897” (terceiro parágrafo) manteria a correção gramatical do texto, embora alterasse seu sentido: sem a vírgula, a interpretação seria a de que 1897 foi o ano em que Hitler utilizou os Protocolos.
- 35** Um dos mecanismos de coesão presentes no texto é o emprego de sinônimos como “mentira”, “farsa” e “embuste”.
- 36** No primeiro período do quinto parágrafo, o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “a”, em “dada a dificuldade em desmenti-las”, prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto.
- 37** Seria mantida a correção gramatical do quarto parágrafo do texto caso a forma pronominal “os”, em “e publicou-os em forma de livro”, fosse deslocada para imediatamente antes da forma verbal “publicou” — **e os publicou**.
- 38** No texto, que se classifica como narrativo, é empregado o tempo psicológico, já que os acontecimentos não são narrados na ordem em que ocorreram.
- 39** Infere-se do último parágrafo do texto que, para Hadassa Ben-Itto, o conceito de liberdade de expressão relaciona-se à livre manifestação de ideias.
- 40** Seriam preservadas a coerência e a correção gramatical do texto caso o período “‘Uma mentira deliberada não é uma ideia’, reforça” (segundo período do último parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **Hadassa Ben-Itto reforça que uma mentira deliberada não é uma ideia**.
- 41** O vocábulo “assassinios”, empregado no último período do texto, é sinônimo de **assassinos**.
- 42** A supressão do vocábulo “Mas”, no início do sexto parágrafo do texto, prejudicaria sua coerência, seu sentido e sua correção gramatical, ainda que feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas.

Espaço livre

Texto CB1A2-II

O sofista e o ignorante ocupam mais o pensamento de Platão que o mentiroso, e quando ele distingue entre o erro e a mentira — quer dizer, entre “involuntário e voluntário” — é, de modo significativo, mais duro em relação àqueles que “chafurdam na ignorância de porcos” que em relação aos mentirosos. Terá isso acontecido porque era ainda desconhecida a mentira organizada, que domina a coisa pública, à diferença do mentiroso privado que tenta a sua sorte por sua própria conta?

A mentira tradicional implicava apenas particulares e nunca visava enganar literalmente toda a gente; dirigia-se ao inimigo e só a ele queria enganar. Como os fatos se produzem sempre num contexto, uma mentira particular — quer dizer, uma falsificação que não se esforça por alterar todo o contexto — faz, por assim dizer, um buraco no tecido dos fatos. Como todo o historiador sabe, pode-se detectar uma mentira observando-se incongruências, buracos, ou junturas dos espaços consertados. Enquanto a textura no seu todo for conservada intacta, a mentira mostrar-se-á imediatamente de modo espontâneo.

Se as mentiras políticas modernas são tão grandes que requerem um completo rearranjo de toda a textura factual — o fabrico de uma outra realidade, por assim dizer, na qual se encaixam sem costuras, fendas nem fissuras, exatamente como os fatos encaixavam no seu contexto original —, o que é que impede estas histórias, imagens e não fatos novos de se tornarem um substituto adequado da realidade e da factualidade?

Hannah Arendt. **Verdade e política**.
Internet: <edisciplinas.usp.br> (com adaptações).

No que se refere aos sentidos e às ideias do texto CB1A2-II, julgue os itens a seguir.

- 43 A substituição do vocábulo “Enquanto”, que inicia o último período do segundo parágrafo, por **Se** alteraria o sentido original do texto, mas manteria sua coerência e sua correção gramatical.
- 44 No trecho “A mentira tradicional implicava apenas particulares” (primeiro período do segundo parágrafo), o verbo **implicar** é empregado com o sentido de **acarretar**.
- 45 O trecho “quando ele distingue entre o erro e a mentira — quer dizer, entre ‘involuntário e voluntário’ — é, de modo significativo, mais duro em relação àqueles que ‘chafurdam na ignorância de porcos’ que em relação aos mentirosos” (primeiro período do texto) é utilizado pela autora como argumento de autoridade para defender sua tese, expressa no primeiro período do segundo parágrafo.
- 46 Dados os sentidos do texto, é correto concluir do trecho “uma mentira particular — quer dizer, uma falsificação que não se esforça por alterar todo o contexto” (segundo período do segundo parágrafo) que há, pelo menos, um outro tipo de mentira: uma falsificação que se esforça por alterar todo o contexto.
- 47 Do desenvolvimento do texto depreende-se que a frase interrogativa que constitui o último parágrafo visa estimular a reflexão do leitor, e não fazer, de fato, uma pergunta sobre algo que a autora desconhece.

No que concerne aos aspectos linguísticos do texto CB1A2-II, julgue os itens subsequentes.

- 48 O vocábulo “factual” (terceiro parágrafo) poderia ser corretamente grafado **fatual**.
- 49 Seriam mantidos os sentidos originais do texto e sua correção gramatical caso o trecho “e não fatos novos” (terceiro parágrafo) fosse isolado por vírgulas.
- 50 Em “a mentira mostrar-se-á imediatamente de modo espontâneo” (segundo parágrafo), a partícula “se” classifica-se como pronome apassivador, podendo esse trecho ser corretamente reescrito, sem prejuízo do sentido original, da seguinte forma: **seria a mentira imediatamente mostrada de modo espontâneo**.

Espaço livre